



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 5.011-A, DE 2020** **(Do Poder Executivo)**

Mensagem nº 631/2020

Ofício nº 663/2020 (C. Civil)

Dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa e sobre a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial; tendo parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (relator: DEP. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA).

NOVO DESPACHO:

DEFIRO O PEDIDO CONTIDO NO REQUERIMENTO N. 1.624/2021. ASSIM, REVEJO O DESPACHO INICIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI N. 5.011/2020 PARA INCLUIR O EXAME PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. PUBLIQUE-SE.

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO;

RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

(*) Atualizado em 13-09-21, em razão de novo despacho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa e sobre a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial.

Art. 2º O Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa é constituído por:

I - graduados em engenharia pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA integrantes do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa;

II - graduados em engenharia pelo ITA que tenham concluído o Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros; e

III - graduados em engenharia por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação que tenham sido aprovados e classificados em:

a) concurso de seleção; e

b) Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica.

§ 1º O posto inicial para inclusão no Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa é o de primeiro-tenente.

§ 2º As nomeações para o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa serão feitas por ato do Comandante da Aeronáutica.

§ 3º As promoções no Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa obedecerão ao disposto na legislação em vigor para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa.

§ 4º As vagas e as especialidades de engenharia do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa serão fixadas, anualmente, em ato do Comandante da Aeronáutica.

Art. 3º A Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial constitui ramo especial do Ensino da Aeronáutica e visa ao atendimento precípua das diretrizes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento nas áreas de ciência, tecnologia e inovação no campo aeroespacial.

Art. 4º No ato de inscrição para participação do concurso de seleção do ITA, observadas as disposições de ingresso nas Forças Armadas previstas na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e na Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, o candidato deverá optar pela carreira militar do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa ou pelo Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de Segunda Classe.

Art. 5º Os alunos que optarem pela carreira militar do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa deverão cursar o Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos.

§ 1º O disposto no **caput** apenas produzirá efeitos para os candidatos aprovados em processos seletivos realizados posteriormente à data de publicação desta Lei.

§ 2º O Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros ocorrerá concomitantemente com o curso do ITA, do primeiro ao quinto ano da graduação.

Art. 6º O Curso de Preparação de Oficiais da Reserva, com duração de um ano letivo e realizado no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos, será compulsório para todos os alunos matriculados no primeiro ano do Curso Fundamental do ITA que não optarem pela carreira militar do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplicará aos alunos que forem Aspirantes a Oficial da reserva ou a Oficial da ativa das Forças Armadas.

§ 2º A conclusão do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva será requisito obrigatório para a matrícula no primeiro ano do Curso Profissional do ITA.

§ 3º O aluno que concluir o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva fará jus ao certificado de reservista de segunda categoria como Aspirante a Oficial de Infantaria da Reserva de Segunda Classe da Aeronáutica.

§ 4º O aluno de que trata o § 3º que concluir o Curso de Engenharia do ITA fará jus ao certificado de reservista de segunda categoria como Aspirante a Oficial Engenheiro da Reserva de Segunda Classe da Aeronáutica.

Art. 7º O desligamento do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva ou do Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros implicará o desligamento definitivo do ITA e o licenciamento do serviço ativo da Aeronáutica.

§ 1º O desligamento de que trata o **caput** não ocorrerá quando o aluno for desligado do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva ou do Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros por incapacidade física para o serviço militar, identificada pela Junta de Saúde da Aeronáutica, da qual não decorra incompatibilidade para o desempenho das atividades escolares do ITA.

§ 2º O aluno será licenciado na hipótese de a Junta de Saúde da Aeronáutica apontar incompatibilidade para o desempenho das atividades escolares, observado o disposto na Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, e na Lei nº 6.880, de 1980.

Art. 8º Os cursos e estágios do ITA, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos e do Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica serão regulamentados em ato do Comandante da Aeronáutica.

Art. 9º Ato do Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial do Comando da Aeronáutica disporá sobre:

I - o desligamento de aluno do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva ou do Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros e a sua consequente situação no ITA; e

II - o trancamento de matrícula no ITA.

Art. 10. Serão incluídos no Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa os alunos do ITA que, na data de sua graduação, tenham concluído, com aproveitamento:

I - o Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros; e

II - um dos cursos de graduação em engenharia do ITA, na condição de militar.

Art. 11. Serão praças especiais da Aeronáutica, observado o disposto na Lei nº 6.880, de 1980, os alunos que cursarem:

I - o Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros, na condição de alunos do ITA;

e

II - o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva.

Parágrafo único. A classificação hierárquica dos alunos do ITA e a classificação final de antiguidade dos primeiros-tenentes do Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa formados pelo ITA serão regidas pela Lei nº 6.880, de 1980, e, no que couber, por normas editadas pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial do Comando da Aeronáutica.

Art. 12. O Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica será realizado em organização militar de ensino da Aeronáutica designada para essa finalidade e observará regulamentação específica.

§ 1º Os candidatos matriculados no Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica serão considerados Primeiros-Tenentes Estagiários de Engenharia a partir da data de sua matrícula.

§ 2º No ato da matrícula, será estabelecida a precedência hierárquica entre os Primeiros-Tenentes Estagiários de Engenharia do Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, de acordo com a ordem decrescente de classificação obtida no concurso de seleção.

Art. 13. Ficam revogados:

I - o Decreto-Lei nº 313, de 7 de março de 1967;

II - a Lei nº 5.343, de 31 de outubro de 1967; e

III - a Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EM nº 00115/2020 MD

Brasília, 3 de Setembro de 2020

Senhor Presidente da República,

1. Submetemos a sua consideração a proposta de projeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa - QOEng e a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial, revogando a Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974.

2. A presente proposta é consequência da necessidade de atualização da Lei nº 6.165, de 1974, que “dispõe sobre a formação de Oficiais Engenheiros para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa” e visa a promover ajustes no modelo de formação dos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, optantes pela carreira militar.

3. Devido ao atual modelo de formação, os alunos matriculados naquele Instituto ficam obrigados a cursar o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva no seu primeiro ano de graduação, sendo declarados, após sua conclusão, Aspirantes a Oficial de Infantaria da Reserva

de Segunda Classe da Aeronáutica.

4. No entanto, somente os alunos optantes em seguir a carreira militar realizam o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva em dois anos, em paralelo ao Curso Fundamental do ITA, e são declarados, após a aprovação em processo de convocação, Aspirantes a Oficial de Infantaria, Estagiário de Engenharia.

5. Em razão do disposto no § 1º do art. 198 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, a contagem de tempo de serviço nesse período ocorre na proporção de um dia de efetivo serviço para cada oito tempos de instrução, dedicados exclusivamente ao Curso de Preparação de Oficiais da Reserva. Havendo o estabelecimento de uma graduação perene, como aluno, e descaracterizando-se a formação para o Corpo de Oficiais da reserva, esses militares serão beneficiados com a contagem de tempo de serviço integral.

6. Tal critério, com a sustentação na prestação de serviço militar obrigatório, ainda que em cumprimento ao dispositivo legal, gera tratamento diferenciado quando comparado aos alunos de escolas militares de ensino superior, onde a contagem de tempo se dá, ininterruptamente, desde o ato da matrícula na instituição de ensino.

7. Outro aspecto que se pretende aprimorar refere-se ao processo de convocação para o serviço ativo, realizado entre o final do segundo ano e concluído até o início do terceiro ano do ITA.

8. Nesse intervalo, o aluno optante da carreira militar passa a condição de reservista, retornando à ativa somente quanto efetivamente convocado, ao início do terceiro ano do ITA, quando é matriculado no Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros, com duração de três anos, que é realizado concomitantemente ao Curso Profissional do ITA, como Aspirante a Oficial de Infantaria da Aeronáutica convocado, Estagiário de Engenharia.

9. Faz-se necessário que a alteração proposta em prol de uma melhor formação militar, ou seja, que o aluno optante pela carreira militar seja matriculado como militar desde o início do curso do ITA e mantenha seu nível hierárquico (Aluno do ITA), de forma ininterrupta, até sua formação acadêmica, ao longo dos cinco anos de graduação, semelhante ao que ocorre na Academia da Força Aérea - AFA e nas demais escolas de formação militar de Oficiais das Forças Armadas Brasileiras e das Forças Auxiliares.

10. É importante também considerar que haverá uma economicidade com o gasto de salários dos alunos militares, pois atualmente o discente do ITA, matriculado no Estágio de Preparação de Oficiais Engenheiros, recebe soldo de Aspirante a Oficial e esta proposta de Lei propõe que haja uma equivalência hierárquica e salarial em relação aos demais alunos militares das escolas de formação de nível superior, como, por exemplo, a AFA, a Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN e a Escola Naval - EN. Estima-se que a economia na folha de pagamento advinda do projeto seja de R\$ 7.766.666,63 (sete milhões, setecentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), ou seja, redução de cerca de 74,32% (setenta e quatro por cento), considerando-se os cinco anos do curso de graduação e a média histórica de vinte e cinco vagas para o serviço ativo.

11. Por fim, cabe frisar que, estatisticamente, em média, vinte por cento dos formandos no ITA, optantes pela carreira militar, pedem demissão do serviço ativo no primeiro ano após a formação, sendo um indicativo de que seu interesse possa ter sido motivado apenas com base na remuneração de Aspirante a Oficial. Alterando o grau hierárquico dos alunos, a chance de a Aeronáutica atrair interessados por vocação militar, e não salarial, poderá gerar melhores

resultados.

12. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam o encaminhamento da presente proposta de projeto de Lei a sua consideração.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Azevedo e Silva

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

ESTATUTO DOS MILITARES

TÍTULO I GENERALIDADES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas.

Art. 2º As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

LEI Nº 12.464, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O ensino na Aeronáutica tem como finalidade proporcionar ao seu pessoal militar, da ativa e da reserva, e a civis, na paz e na guerra, a necessária qualificação para o exercício dos cargos e para o desempenho das funções previstas na estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Parágrafo único. Atendidos os aspectos que lhe são peculiares, o ensino na Aeronáutica observará as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecidas em legislação federal específica.

Art. 2º O ensino na Aeronáutica obedecerá a processo contínuo e progressivo de educação integral, constantemente atualizado e aprimorado, executado de forma sistêmica, que se desenvolve mediante fases de qualificação profissional, com exigências sempre crescentes, desde os fundamentos até os padrões mais apurados de cultura geral e profissional.

LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964

Lei do Serviço Militar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA NATUREZA, OBRIGATORIEDADE E DURAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E OBRIGATORIEDADE DO SERVIÇO MILITAR

Art. 1º O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

Parágrafo único. O serviço militar temporário não se destina ao ingresso na carreira militar de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares). ([Parágrafo único acrescido pela Lei nº 13.954, de 16/12/2019](#))

Art. 2º Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar, na forma da presente Lei e sua regulamentação.

§ 1º A obrigatoriedade do Serviço Militar dos brasileiros naturalizados ou por opção será definida na regulamentação da presente Lei.

§ 2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz e, de acordo com suas aptidões, sujeitas aos encargos do interesse da mobilização.

DECRETO-LEI Nº 313, DE 7 DE MARÇO DE 1967

Cria, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, o Quadro de Oficiais-Engenheiros e sua respectiva reserva.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966

DECRETA:

CAPÍTULO I

CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO QUADRO

Art. 1º Fica criado, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, como Quadro de Serviço, o Quadro de Oficiais-Engenheiros (Q.O.Eng.)

Parágrafo único. Terá como finalidade prover a Aeronáutica de apoio técnico necessário à pesquisa, desenvolvimento e infra-estrutura.

Art. 2º O Quadro de Oficiais-Engenheiros será formado com:

1 - oficiais da Aeronáutica que, na data da publicação deste Decreto-lei, sejam diplomados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - (ITA) ou Instituto Militar de Engenharia (IME);

2 - oficiais da Aeronáutica que na data da publicação deste Decreto-lei, sejam diplomados em engenharia em uma das especialidades de que trata o parágrafo único do art. 7º,

por Institutos, Faculdades ou Escolas de Engenharia, oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal;

3 - engenheiros diplomados pelo ITA, ex-cadetes da Escola de Aeronáutica;

4 - engenheiros selecionados mediante concurso.

Parágrafo único. serão considerados para a seleção, mediante concurso:

a) os engenheiros diplomados pelos Instituto, Faculdades e Escolas de Engenharia, oficialmente reconhecida pelo Governo Federal;

b) os engenheiros, cujos diplomas venham a ser reconhecidos pelo Governo Federal, mesmo quando formados em Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia, fora do país, em grau superior ou equivalente.

LEI Nº 5.343, DE 28 DE OUTUBRO DE 1967

Altera a redação de artigos do Decreto-Lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, e seus incisos passam a ter a seguinte redação, suprimido o parágrafo único:

"Art. 2º O Q O Eng será constituído pelos:

1 - Oficiais-Generais do Quadro de Oficiais-Aviadores, da ativa, atualmente incluídos na Categoria de Engenheiros;

2- Oficiais do Q O Av da ativa, atualmente incluídos na Categoria de Engenheiros;

3 - Oficiais do Q O Eng da Reserva de 2ª classe, convocados, em serviço ativo, na data da presente lei;

4 - Militares dos diversos Quadros de Oficiais e do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, da ativa, ainda que não incluídos na Categoria de Engenheiro, que, dentro do prazo estabelecido no art. 13, possuem diploma de engenheiro reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura, nas especialidades fixadas em ato do Poder Executivo;

5 - Oficiais dos diversos Quadros, da ativa, atualmente matriculados no Instituto Militar de Engenharia (IME) e Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de acordo com o previsto no art. 17."

Art. 2º O Capítulo II do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967 seus artigos 3º, 4º e 5º e respectivos parágrafos ficam insubsistentes.

LEI Nº 6.165, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre a formação de Oficiais Engenheiros para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A formação de engenheiros destinados ao Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica (QOEng), da Ativa, será feita através do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

§ 1º Quando essa formação for insuficiente para o preenchimento do QOEng, poderão ser incluídos, no posto inicial, voluntários, Engenheiros formados por instituições de ensino de engenharia plena, oficialmente reconhecidas.

§ 2º A inclusão, a que se refere o parágrafo anterior, far-se-á no posto de Primeiro-Tenente e ocorrerá, somente, para os Engenheiros que tenham sido aprovados e classificados em:

a) Concurso de seleção; e

b) Estágio de adaptação.

Art. 2º As especialidades de engenharia, para o posto inicial do QOEng, serão fixadas, anualmente, por Ato do Ministro da Aeronáutica.

.....

.....

DECRETO Nº 57.654, DE 20 DE JANEIRO DE 1966

Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e de conformidade com o art. 80 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964,

DECRETA:

.....

TÍTULO XI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONVOCADOS, RESERVISTAS E DISPENSADOS DO SERVIÇO MILITAR INICIAL.

CAPÍTULO XXIX DOS DIREITOS DOS CONVOCADOS, RESERVISTAS E DISPENSADOS DO SERVIÇO MILITAR INICIAL.

.....

Art. 198. Os brasileiros contarão, de acordo com o estabelecido na legislação militar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço ativo prestado nas Forças Armadas, quando a elas incorporados em Organização Militar da Ativa ou em Órgão de Formação de Reserva.

§ 1º Igualmente será computado para efeito de aposentadoria o serviço prestado pelos que estiverem ou vierem a ser matriculados em Órgão de Formação de Reserva, na base de 1 (um) dia para período de 8 (oito) horas de instrução, desde que conclua com aproveitamento a sua formação.

§ 2º Os Comandantes, Diretores ou Chefes de Órgãos de Formação de Reserva deverão fazer constar do ato de exclusão dos alunos, por término do curso, o tempo de serviço prestado, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º No cômputo do tempo de serviço deverão ser observadas as prescrições dos Arts. 24 e 25, deste Regulamento.

Art. 199. Os reservistas de 1º e 2º categorias, bem como os dispensados do Serviço Militar inicial (portadores de Certificados de Dispensa de Incorporação) poderão ser recebidos como voluntários nas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e outras Corporações encarregadas da segurança pública, nos termos dos arts. 12 e 15, deste Regulamento.

.....

.....

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 5.011, DE 2020

Dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa e sobre a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Dep. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA

I - RELATÓRIO

O PL nº 5.011, de 2020, dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa e sobre a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial.

Na exposição de motivos que acompanha a proposição, o Sr. Ministro da Defesa argumenta que a “proposta é consequência da necessidade de atualização da Lei nº 6.165, de 1974, que ‘dispõe sobre a formação de Oficiais Engenheiros para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa’ e visa a promover ajustes no modelo de formação dos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, optantes pela carreira militar”.

Acrescenta que a alteração proposta é necessária para proporcionar um aperfeiçoamento do processo de formação militar, ou seja, que o aluno optante pela carreira militar seja matriculado como militar desde o início do curso do ITA e mantenha seu nível hierárquico (Aluno do ITA), de forma ininterrupta, até sua formação acadêmica, ao longo dos cinco anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215922519900>

graduação, semelhante ao que ocorre na Academia da Força Aérea - AFA e nas demais escolas de formação militar de Oficiais das Forças Armadas Brasileiras e das Forças Auxiliares”.

Finaliza, explicando que “estatisticamente, em média, vinte por cento dos formandos no ITA, optantes pela carreira militar, pedem demissão do serviço ativo no primeiro ano após a formação, sendo um indicativo de que seu interesse possa ter sido motivado apenas com base nas vantagens financeiras de Aspirante a Oficial”.

O PL nº 5.011/2020 foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania, para fins da análise de mérito e do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição foi distribuída a esta Comissão em função do que prevê o art. 32, XV, “g” do Regimento Interno desta Casa.

Trata-se de proposição na qual o Poder Executivo submete à apreciação do Congresso Nacional a proposta de projeto de Lei que dispõe sobre o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa (QOEng) e a Formação Militar, Científica e Tecnológica Aeroespacial, revogando a Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974.

A atualização da legislação militar é, naturalmente, mais lenta do que a de outros temas, mas vem ocorrendo. Como o normativo nessa área é antigo e esparso, cada nova modificação traz o risco de que ocorram conflitos entre os textos legais em vigor. O assunto em análise é um exemplo disso,



quando a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 - que trata da Proteção Social dos Militares, incluiu no Estatuto dos Militares, o grau hierárquico "Aluno do ITA", antes inexistente. Como o disposto na Lei nº 6.165/1974, que rege a formação do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, não foi revogado ou atualizado naquela ocasião, foram percebidos alguns problemas relacionados à contagem de tempo de serviço, à diferença de remuneração entre militares de mesma situação e de simetria da situação entre militares de outras Forças Armadas que estão em situações homólogas.

Um dos propósitos do projeto em análise é fazer a revogação expressa dessa legislação antiga, substituindo-a por dispositivos que melhor atendam às necessidades de formação dos engenheiros militares.

Entendemos que tais alterações são necessárias e oportunas como, por exemplo, é o caso da correção da condição de Aspirante-a-Oficial dos convocados a partir do Curso Profissional do ITA. Nesse grau hierárquico, alguns alunos daquele Instituto recebem uma remuneração desigual e superior aos alunos dos dois primeiros anos de graduação no ITA e de outras escolas militares. Isso é oneroso para o País, sem contar a situação esdrúxula da existência de alunos militares, de condição idêntica, recebendo remunerações diferenciadas.

Além disso, a partir de dados levantados pela Força Aérea Brasileira, em aprovado o presente projeto, estima-se que haveria uma economia na folha de pagamento de R\$ 7.766.666,63 (sete milhões, setecentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos). Isso representa uma redução de cerca de 74,32% (setenta e quatro por cento) em relação ao atualmente gasto, considerando-se os cinco anos do curso de graduação e a média histórica de vinte e cinco vagas para o serviço ativo.

Isso posto, entendemos que, sob o ponto de vista da defesa nacional, a proposição é adequada e oportuna por modernizar a legislação militar no que diz respeito às normas relativas à formação para o QOEng.



Em última análise, é uma atualização necessária para resolver conflitos entre leis esparsas e antigas, para trazer justiça e trazer simetria entre militares que ocupam posições homólogas.

Por essas razões, somos pela aprovação do PL nº 5.011, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215922519900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 5.011, DE 2020

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada hoje, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.011/20, nos termos do parecer do relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aécio Neves – Presidente; Rubens Bueno, Coronel Armando e Claudio Cajado - Vice-Presidentes; Alexandre Leite, André Ferreira, Arlindo Chinaglia, Arthur Oliveira Maia, Augusto Coutinho, Bruna Furlan, Celso Russomanno, David Miranda, Eros Biondini, General Girão, Henrique Fontana, Hildo Rocha, Jefferson Campos, José Rocha, Luiz Nishimori, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marcel van Hattem, Márcio Marinho, Pastor Eurico, Paulão, Paulo Ramos, Pedro Lucas Fernandes, Perpétua Almeida, Reinhold Stephanes Junior, Roberto de Lucena, Rodrigo Agostinho, Soraya Santos, Stefano Aguiar, Vitor Hugo, Adolfo Viana, Aroldo Martins, Camilo Capiberibe, Capitão Fábio Abreu, Cezinha de Madureira, David Soares, Eduardo Bolsonaro, Fausto Pinato, Fernando Monteiro, Gilberto Abramo, Giovani Feltes, Heitor Freire, Léo Moraes, Loester Trutis, Nicoletti, Nilson Pinto, Pedro Vilela, Professora Marcivania, Rafael Motta, Raul Henry, Rui Falcão, Subtenente Gonzaga, Vinicius Carvalho e Zé Carlos.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2021.

Deputado AÉCIO NEVES
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aécio Neves
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210475896600>

